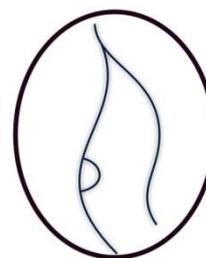




INTERFACE
ISSN 1806-6062



nemad.webnode.com - Interface, Edição número 07, março de 2014.

Pescadores do Rio Tocantins: perfil socioeconômico dos integrantes da colônia de pescadores de Porto Nacional (TO)

Atamis Antonio Foschiera
Prof. Dr. da UFT/Porto Nacional e Membro do NEMAD e CEGeT – foschieraa@uft.edu.br.

Adeliene Dias Pereira
Graduada em Geografia pela UFT/Porto Nacional - adeliene_tia@hotmail.com.¹

Resumo: As colônias de pescadores, instituídas em 1919, vêm sendo a forma de organização econômica e política de pescadores tradicionais. Várias discussões ocorreram, ao longo da história, sobre formas de uso do rio Tocantins. A construção da usina hidrelétrica de Lajeado foi um dos debates envolvendo o mesmo. Com a formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Lajeado, a dinâmica dos pescadores e da pesca por ela impactada se alterou. Neste artigo apresenta-se uma pesquisa com pescadores que desempenham a atividade da pesca no reservatório da referida hidrelétrica, os quais fazem parte da Colônia de Pescadores do município de Porto Nacional. Como resultado destaca-se que ocorreram mudanças nas espécies pescadas, a Colônia surgiu em função da formação do reservatório da UHE e que parte da venda do pescado se dá ainda no rio para atravessadores.

Palavras chaves: pescadores, colônia de pescadores, rio Tocantins

Resumen: Las colonias de pescadores, instituidas en 1919, son la forma de organización económica y política de los pescadores tradicionales. Diversas discusiones se han dado, a lo largo de la historia, sobre las formas de uso del rio Tocantins. La construcción de la represa hidroeléctrica de Lajeado fue uno más de esos debates. Con la formación del reservorio de la Represa Hidroeléctrica de Lajeado, la dinámica de los pescadores y de la pesca se alteró. En este artículo se presenta una investigación con pescadores que desempeñan la actividad de la pesca en el reservorio de la referida hidroeléctrica, que conforman la Colonia de Pescadores del municipio de Porto Nacional. Como resultado de nuestra investigación destacamos los cambios acontecidos en las especies acuáticas, que la Colonia se creó en función de la formación del reservorio de la UHE y que parte de la venta del pescado todavía se realiza a través de intermediarios en El propio rio.

Palabras Chave: pescadores, colônias de pescadores, rio Tocantins.

¹ Enquanto acadêmica, desenvolveu a pesquisa com bolsa PIBIC/Permanência.

1. Introdução

A pesca foi uma atividade sempre presente no rio Tocantins. Tanto indígenas, como outros grupos sociais que moravam em suas proximidades se beneficiavam desta atividade. Uma organização mais estruturada dos pescadores do Médio Tocantins, vai se destacar com a criação de colônias de pescadores, devido à formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Lajeado.

O rio Tocantins teve importância destacada para o antigo norte goiano, hoje estado do Tocantins, antes da construção da rodovia Belém-Brasília (década de 1950) como rota de exportação de produtos minerais e agropecuários e importação de produtos manufaturados. Com a abertura da referida rodovia, o rio perde importância econômica.

Na década de 1990 surge um novo debate sobre envolvendo o rio Tocantins no trecho em percorre o estado com o mesmo nome. As discussões se voltam para a construção de usinas hidrelétricas (UHE), que tem obras iniciadas em 1997.

Já com a construção de algumas UHEs em território tocantinense, iniciam-se, nos últimos três anos, debates que buscam incentivar a formação de uma hidrovia, tendo como destaque a construção de eclusas nos barramentos das hidrelétricas.

Com importância secundária, a pesca foi uma atividade que sempre esteve presente nos debates sobre o rio Tocantins. Com a formação de vários reservatórios de água para as UHEs ocorre o impacto sobre a pesca e a vida de pescadores.

Este artigo tem o objetivo de caracterizar os pescadores que desempenham a atividade de pesca no reservatório da UHE de Lajeado, mais especificamente no município de Porto Nacional (TO). As informações foram obtidas por meio de aplicação de questionário junto a pescadores da Colônia Z-04, de Porto Nacional.

2. Metodologia

No presente trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico para compreender as várias formas de utilização do rio Tocantins ao longo da história.

A área em estudo compreende o município de Porto Nacional, localizado a 66 km da Capital, Palmas –TO, que situa-se na região central do estado do Tocantins e ocupa uma área de 12.186 km² (Figura 1).

Para atingir o objetivo proposto fez-se um levantamento de campo junto aos pescadores, entre os meses de maio e junho de 2011. Foram entrevistados 15 dos 50 pescadores que tem uma atuação constante na Colônia de Pescadores de Porto Nacional, representando 30% desse total. Também, obteve-se informações com lideranças do MAB, que contribuíram para a formação da referida Colônia.

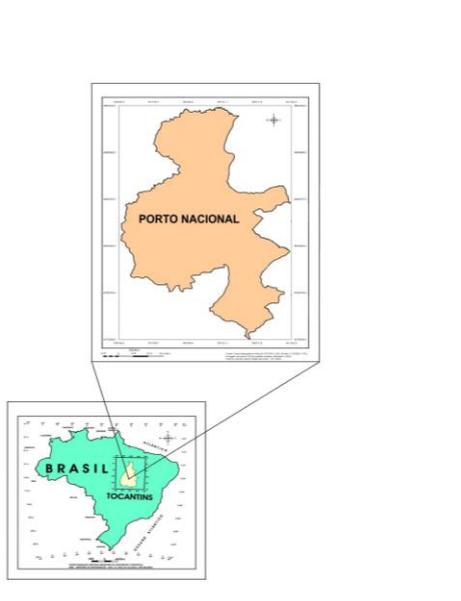


Figura 1- Localização do município de Porto Nacional. Fonte: Neto, Cristo e Santos 2006.

3. Pesca tradicional no Brasil

A pesca constitui uma atividade muito antiga, presente desde o período pré-histórico, nos primeiros agrupamentos humanos. Segundo Cardoso (1996), dentre as pescarias do período colonial, no Brasil, a pesca da baleia se destacava, sendo responsável pelo fornecimento de carne, toucinho e principalmente azeite empregado na iluminação pública.

De acordo com Cardoso (1996 *apud* MUSSOLINI,1980), a evolução das artes de pesca foi sendo engendrada ao longo da história do Brasil. Apetrechos de pesca indígenas foram transformados por escravos africanos ou colonos europeus. As armadilhas de pesca africanas foram adaptadas às condições das lagoas e estuários brasileiros. Da Europa vieram inovações como a rede de traina, já da imigração oriental vieram novos ingredientes para a estruturação da pesca no Brasil, deixando assim os apetrechos de pesca mais brasileiro.

Segundo Cardoso (1996) as águas quentes das correntes do Brasil, são responsáveis pela grande diversidade das espécies marinhas, no entanto, com pequenas quantidades de indivíduos de cada espécie, diferentemente dos mares frios e temperados onde existem grandes cardumes de poucas espécies.

Nas considerações de Cardoso (1996 *apud* SILVA,1991), foi o Ministério da Marinha que criou, a partir de 1919, o sistema representativo da categoria dos pescadores formado pelas Colônias de Pescadores em nível municipal, as Federações de Pescadores em nível estadual e a Confederação Nacional dos Pescadores em nível nacional. Junto a este sistema foram criados mecanismos para intervir no processo de organização dos trabalhadores da pesca. Somente com a Constituição de 1988 e após o movimento intitulado Constituinte da Pesca, foi que as Colônias de Pescadores ganharam o status de organização livre de trabalhadores com os mesmos princípios de organização dos sindicatos urbanos e rurais.

Cabe destacar que os maiores beneficiários dos incentivos do governo para a pesca eram as indústrias de pesca, sendo que o pescador artesanal ficou alheio a esses benefícios por muito tempo, e o que se conseguiu no decorrer das décadas posteriores ainda é pouco relacionado aos investimentos aplicados às grandes indústrias.

A reprodução da pequena produção pesqueira depende diretamente da sua relação com a natureza. No caso da perda de terras em zonas rurais, muitos pescadores que também desenvolviam atividades agrícolas para sobrevivência, acabaram optando pela especialização na pesca, enquanto outros simplesmente abandonam a atividade e vão tornar-se assalariados nos centros urbanos, ou passam a viver de pequenos bicos.

Na apropriação dos recursos naturais, o conflito se instala quando diferentes formas de pesca exploram o mesmo espaço dos mares ou dos rios e interferem diretamente na reprodução do pequeno pescador, que por suas características, possuem pouca mobilidade. Verificam-se graves conflitos quando embarcações artesanais e industriais exploram o mesmo espaço ou mesmo quando diferentes artes de pesca artesanal utilizam o mesmo espaço. Também, existem conflitos de interesses com pescadores esportivos.

Leonel (1998) faz uma distinção dentre os pescadores tradicionais, destacando as seguintes categorias: os pescadores artesanais, os ribeirinhos, e os piabeiros. Os artesanais se diferenciam dos

ribeirinhos por terem algumas vantagens, como uma maior renda e equipamentos mais especializados de pesca. Já os ribeirinhos não vivem somente da pesca, desenvolvendo também atividades agrícolas. Os piabeiros são uma categoria particular dentre os artesanais e são especializados em peixes ornamentais, se localizando, principalmente, no estado do Amazonas, atuam, sobretudo, no período da seca.

Do ponto de vista amplo e global, a pesca é uma atividade que é exercida tanto por mulheres quanto por homens, no entanto de 1965 á 1988, as mulheres chegaram a ser proibidas de exercer a pesca, no governo militar

Segundo Cardoso (2001), Joana Molsinho Marisqueira que tava a frente da Colônia de Pescadores de Itapissuma PE, foi a primeira mulher a assumir a presidência de uma colônia de pescadores e, sendo também, a primeira mulher presidente de uma federação de pescadores, no caso de Pernambuco.

Para Leonel (1998), as colônias de pescadores mais estruturadas são as administradas pelos próprios pescadores, pois sabem as necessidades dos seus associados, buscando assim uma maior participação de suas colônias nas políticas sociais voltados para esses segmentos. Os financiamentos para a pesca artesanal ainda é uma dificuldade para esses pescadores, a maior parte não tem bens que possam dar como garantia para os empréstimos.

4. Rio Tocantins: usos e abandono

O nome do rio Tocantins é oriundo de uma tribo que vivia às suas margens e tem o significado de "Nariz ou Bico de Tucano" (RODRIGUES, 2001). Os primeiros a navegarem em suas águas foram os índios, que viviam as margens do rio e tiravam dele parte de sua alimentação. Com o passar dos tempos outros tipos de navegadores foram surgindo, como missionários, comerciantes, ribeirinhos, etc.

Desde o primeiro século de descobrimento do Brasil o rio Tocantins aparecia como o caminho usado pelos portugueses na procura de ouro no interior do país.

Com a descoberta de ouro nas minas do norte goiano (atual estado do Tocantins), por parte de bandeirantes paulistas, ocorre, entre 1733 e 1782, a interdição da navegação no rio Tocantins, para que esse produto não fosse contrabandeado pelo referido rio em direção ao norte do país. De acordo com Flores (2009), essa proibição de navegação teve impactos negativos à dinâmica regional, causando a ruína e o abandono de parte do norte goiano.

Passado esse período da mineração (séculos XVII e XVIII), a agropecuária se tornou a alternativa econômica para o norte goiano e a navegação pelo rio Tocantins volta a ser o meio de ligação com outros centros econômicos, principalmente com Belém (PA). Pelo rio Tocantins passou a ser transportados produtos do norte goiano como carne salgada, couro cru, óleos, mel, etc., e eram importados tecidos, louças e boticas, ferragens, cobre em folhas, cerveja, farinha de trigo, entre outros. Pelo referido rio ocorreu, também, o transporte de passageiros que desejavam alcançar outras regiões ou países (LIRA, 2011; FLORES, 2009).

Nas margens do rio Tocantins foi onde se concentrou a maior parte da população no norte goiano, surgindo várias cidades, hoje consideradas históricas. Porto Real, que depois foi denominado Porto Imperial, hoje o município de Porto Nacional, situado na margem direita do rio Tocantins, foi o mais importante porto do norte goiano e, com o tempo, se transformou em polo econômico e cultural da região, pois as notícias e novidades chegavam através da tripulação dos barcos que vinham do Pará.

Com a construção da rodovia Belém-Brasília, na década de 1950, ocorre a incorporação do norte goiano à economia nacional, pois até então, possuía apenas uma economia regionalizada. Ao longo da rodovia desenvolveram-se uma série de projetos de produção e ocupação populacional (SOUZA, 2002).

A rodovia Belém-Brasília transformou a estrutura social e urbana do antigo norte de Goiás, tornando-se o principal eixo econômico, que até então estava localizado na beira do rio Tocantins.

Nas últimas décadas, com a construção de Usinas Hidrelétricas (UHE) e o debate sobre hidrovias a elas agregadas, o rio Tocantins volta a ganhar importância no cenário regional. Estão previstas para ser construídas em seu leito principal, que corta os estados do Pará, Tocantins e Goiás, 11 usinas hidrelétricas, sendo que oito delas já estão em operação (FOSCHIERA, 2009).

A UHE Luis Eduardo Magalhães, que localmente é chamada de UHE de Lajeado, localizada no rio Tocantins, entrou em operação em 2002, alagando uma área de 750 km², para formação de um reservatório de água abrangendo parte do território dos municípios de Lajeado, Miracema do Tocantins, Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras (Figura 2).

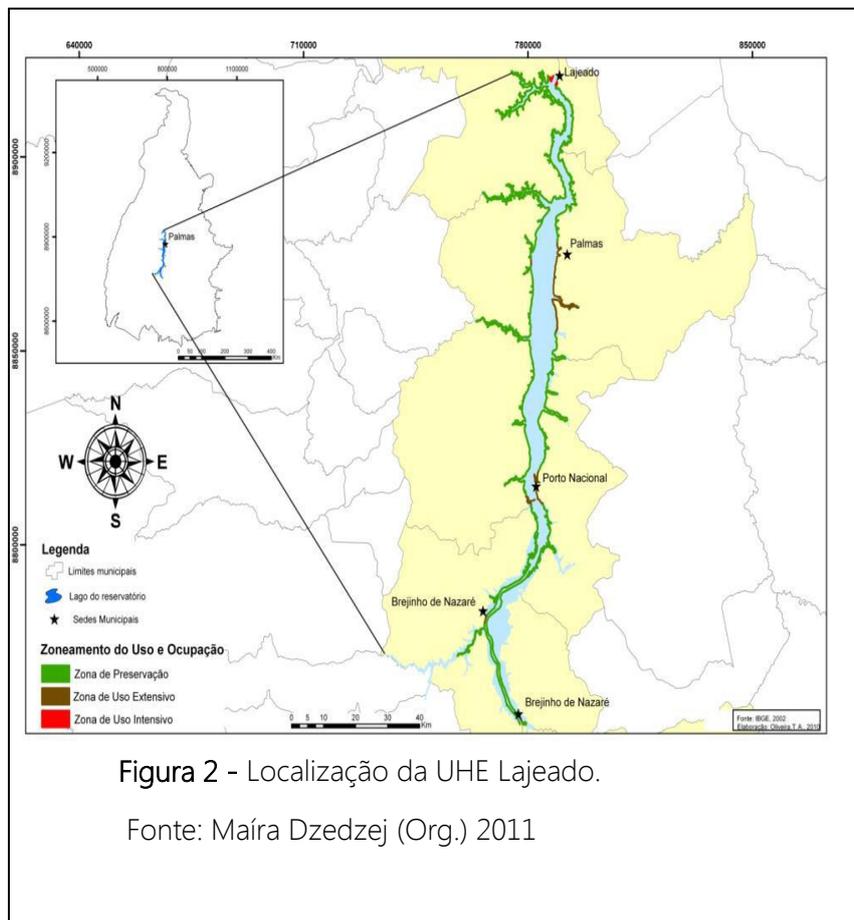


Figura 2 - Localização da UHE Lajeado.

Fonte: Maíra Dzedzej (Org.) 2011

Esse empreendimento causou profundas modificações na fauna, na flora, na vida das populações ribeirinhas e dos pescadores, sendo que esses dois últimos faziam do rio o seu meio de sobrevivência, seja com produção de vazante, a venda do pescado ou mesmo para o consumo próprio.

Em Porto Nacional, um dos municípios afetados pela criação do reservatório da UHE Lajeado, observou-se mudanças na atividade econômica ligada ao período de praias, que movimentava a economia local; no patrimônio arquitetônico, pois várias construções à margem do rio Tocantins foram destruídas para a construção de uma avenida; e também interferiu na identidade cultural das populações ribeirinhas e dos pescadores.

De acordo com Oliveira (2010), a maior perda ocorrida com a formação do reservatório da UHE de Lajeado foi simbólica, pois o mesmo não tinha mais a grande importância como meio de ligação com outras regiões, como era observado anteriormente.

5. Colônia de pescadores de Porto Nacional

De acordo com informações de lideranças do MAB, a primeira colônia de pescadores a se formar no entorno do lago da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães foi à colônia de Lajeado. Posteriormente novas colônias foram sendo criada em outros municípios impactados por esse empreendimento, sob influência do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

A Colônia de Pescadores de Porto Nacional, denominada de Z-04, foi criada em 2004, depois de muitas reuniões dos pescadores desse município para regularização de suas atividades.

Conforme informações da secretária da Colônia Z-04, inicialmente, a mesma possuía mais de 300 pescadores cadastrados, porém, no ano de 2010, são somente 80, sendo que aproximadamente 9% desse total são mulheres. No entanto, cerca de 50 pescadores participam ativamente da colônia. Segundo uma liderança do MAB/TO, muitos se desligaram da colônia devido ao pagamento do tributo mensal que deveria ser feito em relação à quantidade de pesca efetivada, bem como, os pescadores que tinham outro trabalho com carteira assinada ou eram funcionários públicos ficavam impossibilitados de serem integrantes da colônia.

A partir de um ano cadastrado os pescadores passam a receber um salário mínimo do governo durante os quatro meses do período da piracema. Para um diretor da Colônia de Porto Nacional, isso faz que alguns sócios, que não são atuantes, ainda se mantenham ligados à mesma.

A Colônia, apesar de já ser constituída a vários sete anos, ainda apresenta pouca infraestrutura, sendo que as reuniões mensais são realizadas em um local aberto, sob um pé de pequi, e os pescadores ficam em pé ou acomodados em bancos improvisados durante as mesmas. A infraestrutura existente se restringe a um pequeno escritório, que também é utilizado como residência, que ainda não teve um acabamento final, e uma fábrica de gelo, que vende o produto mais barato para os pescadores cadastrados (Foto 1).



Foto 1- Colônia de pescadores de Porto Nacional

6. Perfil socioeconômico dos pescadores inseridos na Colônia Z-04, Porto Nacional (TO)

Com relação à faixa etária dos pescadores entrevistados, os mesmos foram agrupados em seis classes. As que continham pescadores com idade entre 18-25; 30-40; 61-70 e 71-80 anos possuem a mesma porcentagem cada, que é de 7% do total de entrevistados. Outra classe, que contém 13%, possui idade entre 51-60 anos. Uma última classe, na qual se concentra a grande maioria dos pescadores, com 59% destes, possuem idade entre 41-50 anos.

No que se refere ao grau de escolaridade dos pescadores entrevistados, foi observado que tanto os que afirmaram serem analfabetos quanto os que possuem o Ensino Médio Completo representam 13% cada. Situação semelhante ocorre entre os que possuem apenas Ensino Fundamental Completo com os que possuem Ensino Médio Incompleto, apresentando 7% cada. Já, a grande maioria, 60% dos entrevistados, dizem ter o Ensino Fundamental Incompleto. O grau de escolaridade desses pescadores é muito baixo, visto que se somando o número de entrevistados com o Ensino Fundamental Incompleto com os Analfabetos tem-se uma porcentagem de 73% do total. Muitos dos entrevistados mencionaram que, além da pouca valorização da educação básica quando eram criança, tiveram que começar a trabalhar com pouca idade para ajudar no sustento da família.

Esse baixo grau de instrução escolar pode justificar a posição da maioria dos pescadores presentes em uma assembléia realizada no dia 12 de junho de 2009, que se manifestavam pouco

contentes com a construção de um espaço para colocar computadores que ganharam da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) para organizarem um Tele-Centro, por não verem importância nos mesmos..

Ao destacar o local de moradia, apenas 14% dos pescadores pagam aluguel. A distribuição geográfica dos mesmos no município mostra uma concentração deles, 52%, morando no setor Vila Nova, enquanto que os demais se encontram dispersos em outros setores ou em áreas rurais, assim distribuídos: 7 % moram no setor Nova Capital; 7% em chácaras; 7% em fazendas; 7% no Jardim Municipal; 7% no Jardim Brasília; e 13% moram no setor Umuarama.

Sabendo-se que os setores Vila Nova e Umuarama são áreas limites entre si, torna a concentração dos pescadores ainda maior, pois somados representam 65% dos entrevistados. Isso vem ao encontro da afirmação de Felicidade (2006), que destaca a tendência dos pescadores morarem próximos. O que chama atenção é que a localização da sede da colônia fica no setor Jardim Brasília, onde residem apenas 7% dos entrevistados.

Uma considerável porcentagem dos pescadores não possui freezer na residência (64%). Um dos motivos dessa situação é que a grande maioria dos peixes pescados é vendida ainda no rio para atravessadores (47%). Nessas situações, o pescado é conservado em caixas de isopor com gelo. Alguns dos pescadores vendem seu pescado diretamente na feira (20%) ou em sua residência (13%).

Muitos dos entrevistados relatam que preferem fazer a venda dos peixes para o atravessador, pois as peixarias oferecem um preço menor pelo produto.

Em se tratando de outras atividades realizadas antes de serem pescadores, foi identificado que 40% eram trabalhadores rurais e 33% desenvolviam atividades urbanas de baixa remuneração, atuando como gari ou fazendo "bicos". Apenas 27% disseram que sempre atuaram como pescadores. Atualmente 67% dos pescadores entrevistados se encontram desenvolvendo apenas a atividade pesqueira, com exceção do período da piracema, quando alguns disseram fazer "bicos" para a complementação da renda que recebem do governo federal na forma de seguro desemprego. Cabe destacar que dentre os que disseram que, atualmente, apenas trabalham na pesca, 40% é representado pelos que sempre desenvolveram esta atividade, 10% viva de "bicos" e 50% eram trabalhadores rurais.

Com relação à renda dos entrevistados, 7% dos pescadores dizem obter até 3 salários mínimos; 40% recebem até 1 salário e, a maioria, 53% deles, dizem receber uma renda de até 2 salários mínimos por mês. Muitos ainda afirmam que o valor da renda depende das condições oferecidas pelo

reservatório na hora pesca. Assim sendo, a maior parte deles consegue sustentar a família com a renda da pesca. Alguns deles (20%) recebem a bolsa família, benefício social do governo federal.

No que diz respeito ao tempo associação na Colônia Z-04, 7% fizeram á 6 anos; 7% á 4 anos; 20% á 1 ano; 20% à 2 anos e 33 % à 7 anos (Gráfico 9). Os pescadores que estão a sete anos na colônia lutaram juntos para a criação da mesma.

Atualmente, o equipamento de pesca mais utilizado pelos pescadores são as redes e, esporadicamente, utilizam anzóis. Os barcos utilizados pela maioria dos entrevistados (73%) são próprios, enquanto os demais são emprestados. Quanto a forma de propulsão dos barcos, 33% dos entrevistados utilizam barco a remo, sendo que a maioria deles, 67%, utilizam o barco a motor. Muitos passaram a utilizar o barco com motor há pouco tempo.

Quando perguntado aos pescadores o motivo de escolher essa profissão, 20% responderam que gostam de pescar; 67% disseram não ter outra opção e 13% deles apresentaram diferentes motivos. Os 67% que disseram não ter opção, já exerciam a atividade pesqueira, no entanto era apenas para o consumo próprio, poucos vendiam o excedente. Muito deles até gostam de pescar, mas a falta de experiência em outras áreas é realmente o ponto mais forte da escolha dessa profissão. Outros ainda reconhecem que a pesca é uma forma fácil de conseguir dinheiro rápido, pois só precisa vender o pescado, o que não é difícil, e, ainda, tem a vantagem de não depender de nenhum patrão.

Atualmente, as espécies de peixes mais capturadas no reservatório, segundo os pescadores entrevistados, são a Corvina com 49%; Tucunaré com 27%; Mandi-Moela com 12% e Baiacu também com 12%. Ainda de acordo com alguns dos pescadores que pescavam desde antes da criação do lago, algumas espécies como, Piau-Cabeça-Gorda e a Pacu, praticamente desaparecem após a formação do reservatório em Porto Nacional. De uma forma geral eles afirmam que as espécies de peixes de água corrente praticamente não existem mais.

A Corvina também foi citada entre as espécies que aumentaram após a criação da UHE de Lajeado, assim como a Piranha. E as espécies que não existiam, ou eram pouco observada e apareceram foram a Dourada e o Mapará.

Com relação ao processo de indenização pela construção da UHE de Lajeado, dos pescadores da colônia de Porto Nacional, apenas 3 (três) dos 15 (quinze) entrevistados receberam algum tipo de indenização. Sendo que apenas um desses três teve que ser transferido para outro local, onde, devido ao tamanho da área, atividades que desempenhava anteriormente (plantio de mandioca, banana, milho, abóbora, melancia entre outros) não poderiam mais ser realizadas. Dois dos indenizados disseram que

receberam corretamente a sua indenização, enquanto outro mencionou que recebeu apenas parte da indenização.

A maioria dos entrevistados observa como ponto negativo da criação do reservatório no município de Porto Nacional o sabor dos peixes atuais, pois para eles os peixes de água corrente são mais saborosos do que os de água parada. No entanto a maioria afirma que para a pesca o surgimento do reservatório foi benéfico, pelo fato dos peixes terem aumentado, atualmente se pega mais peixes que antes.

7. Considerações Finais

O grau de escolaridade dos pescadores é considerado baixo e há uma tendência dos pescadores morarem próximos entre si. Foi observado também que a grande parte dos pescadores vende os peixes ainda no rio para o atravessador, sendo assim na maioria das vezes a venda é realizada de forma rápida.

A pesca como fonte renda, para a maior parte dos entrevistados, aconteceu há pouco tempo, no entanto a pesca sem fins econômicos, mas para a subsistência, sempre fez parte da vida da maioria dos entrevistados. Daqueles pescadores que atualmente vivem somente da pesca, uma quantidade significativa desenvolvia a atividade rural antes de pescarem para vender.

Boa parte dos entrevistados optou pela atividade pesqueira por não terem outras opções de trabalho, pelo fato de não terem outras qualificações e até mesmo por ser um trabalho onde não dependem de patrão. Com relação aos equipamentos de pesca, o mais comum são as redes e a utilização barcos próprios.

A mudança mais observada após a criação do reservatório da UHE de Lajeado, em Porto Nacional, pelos pescadores entrevistados foi que algumas espécies de peixes desapareceram, algumas se ampliaram, e outras que quase não eram percebidas se fizeram mais presentes. Para os entrevistados, o sabor dos peixes piorou, no entanto a quantidade do pescado aumentou.

No que diz respeito às indenizações devido à construção da UHE, poucos dos entrevistados necessitaram serem indenizados, sendo que os que o pagamento se deu em função de haverem moradia no local impactado. Um pescador disse que não recebeu indenização pela barraca que tinha no período de praia.

8. Referências Bibliográficas

- CARDOSO, Eduardo Schiaone. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. Tese de doutorado apresentada junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia Física. São Paulo 2001.Cap.05.
- CARDOSO,Eduardo Schiavone. **Vitoreiros e Monteiros: Ilhéus do litoral norte paulista**. Dissertação de mestrado apresentada junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia,Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.Sao paulo 1996.Cap 01,02 e 05.
- DZEDZEJ, Máira (Org.). **Uso e ocupação do solo nas faixas de entorno da UHE Luis Eduardo Magalhães, Palmas – TO: plano de uso, legislação ambiental e alternativas de uso**. Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SBSR, Curitiba-PR, Brasil, 30 de abril a 05 de maio de 2011, INPE p. 5885.
- FLORES, Kátia Maia. **Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil**. Goiânia: Ed. da UCG, 2009.
- FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia na área de Produção do Espaço Urbano). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente-SP, 2009.
- LEONEL, Mauro. **A morte social dos rios**. São Paulo: Perspectiva: Instituto de Antropologia e Meio Ambiente: FAPESP, 1998.
- LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas: a geopolítica da (re)ocupação territorial da Amazônia Legal**. Goiânia: Kelps, 2011.
- OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Portos do sertão: cidades ribeirinhas do rio Tocantins**. Goiás, Ed da PUC, 2010.
- RODRIGUES, Lysias Augusto. **O rio dos Tocantins**. 2º edição. Palmas – TO 2001.
- SOUZA, Sônia Maria de. Belém-Brasília: abrindo fronteiras no norte goiano (atual Tocantins)-1958-1975. In: **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG/Unitins, 2002 p. 351-392.